

Partida ganha?

Publicação: [O Mundo em Português Nº62](#)

Data de Publicação: Junho/Julho de 2006

Autor: George Joffé

O Presidente Ahmadinejad parece ser um estadista muito mais sagaz do que pensavam muitos dos seus críticos no Ocidente. Mesmo no Irão, as piadas sobre a sua higiene pessoal – fazendo passar a ideia de que se tratava de um rude camponês, agora sentado à mesa dos senhores – que marcaram os seus primeiros meses no poder desapareceram. Apesar de as liberdades individuais ainda estarem em perigo pelas mudanças no regime, o presidente conseguiu um inteligente golpe populista ao desafiar os mullahs em relação aos direitos das mulheres de assistirem a jogos de futebol ao lado dos homens. Os mullahs podem ter ganho agora, mas o presidente apenas «suspendeu» a sua decisão, em vez de a abandonar completamente – indicando que ele tem muito mais sensibilidade em relação a questões que tocam as aspirações populares do que as conservadoras facções religiosas que primeiro aclamaram a sua eleição.

O novo «grande jogo»

É claro que estas preocupações domésticas podem parecer triviais quando comparadas com a muito maior preocupação que existe no mundo relativamente às ambições nucleares iranianas. E, no entanto, mesmo aí, o presidente iraniano e os seus colaboradores próximos, como Ali Larijani e Hossein Rohani, tiveram muito mais tacto para as complexidades da diplomacia internacional do que os grandes religiosos do regime. E tiveram o apoio do líder supremo iraniano, Ali Khamanei, apesar das dúvidas dos pragmáticos que rodeavam o candidato derrotado, Ali Akbar Hashemi Rafsanjani. O resultado é que o Irão, de pária preferido do mundo, ameaçado com intervenções militares pelos Estados Unidos e alvo da desconfiança de uma Europa frustrada, está rapidamente a transformar-se num parceiro negocial essencial.

Como é que isto acontece? Existem, provavelmente, duas razões essenciais para a mudança. Uma é certamente reflexo do boom económico do Extremo Oriente e a outra é consequência dos enormes danos causados à administração Bush pela sua própria

arrogância e pela nêmesis do Iraque. Ambos os factores forçaram as capitais ocidentais a repensar e a chegar à conclusão que o fracasso da diplomacia coerciva norte-americana só pode significar que o compromisso, e não a coerção, é a única opção viável que resta. Para além disso, o Irão foi capaz de se colocar ao lado dos poderes hegemónicos globais alternativos que agora emergem no Oriente na última reunião da Organização de Cooperação de Xangai, e isso também levou a uma maior concentração das mentes na Europa e na América. Mas o mais importante de tudo, a curto prazo, é o declínio da popularidade do presidente Bush e as eleições intercalares norte-americanas.

O dilema americano

O colapso do projecto americano no Iraque – e é um colapso, mesmo que o novo governo de al-Maliki venha eventualmente a impôr-se no país – liga-se ao agravamento da crise palestina. Na verdade, a crise palestina sobre a recusa americana e europeia em aceitar a escolha democrática do governo pelos palestinos, com a punição maligna e perniciosa das populações dos Territórios Ocupados, intensificou os estragos causados ao prestígio global americano pelo seu fracasso do Iraque. O resultado foi duplo: a credibilidade global americana foi prejudicada e a capacidade da administração Bush em dar resposta aos seus problemas internos foi drasticamente reduzida. Agora arrisca-se a perder uma ou mesmo as duas câmaras do congresso, o que implica dois anos de inércia política e diplomática e que os Democratas tenham a sua vingança, fazendo a administração andar de inquérito em inquérito.

Mais importante, amarra as mãos diplomáticas americanas. A opinião pública não vai agora tolerar mais nenhuma aventura militar externa e, antes de cair no isolacionismo, está preparada para tentar mais uma vez o multilateralismo com os seus velhos parceiros na Europa, com a administração a tentar reanimar a relação transatlântica, perante o fracasso do unilateralismo neo-conservador. Em grande medida, a responsável por esta mudança diplomática tem sido a secretária de Estado, Condoleeza Rice, devido à sua influência sobre o Presidente, a que se junta o desconforto do vice-presidente, Dick Cheney, e do secretário da defesa, Donald Rumsfeld. John Bolton, que não agrada à secretária de Estado, foi exilado para as Nações Unidas enquanto Paul Wolfowitz desapareceu no Banco Mundial, onde conseguiu ser um dos mais impopulares dirigentes de que internamente há memória!

A dimensão asiática

O outro factor que forçou os Estados Unidos a reconsiderar a sua vontade de envolvimento numa acção militar directa, apesar da pressão israelita, são as provas do crescente interesse chinês no petróleo do Golfo e a determinação russa em seguir uma via independente em questões internacionais. Por outras palavras, nenhuma potência regional está preparada para tolerar um diktat Americano sobre relações com um Estado em relação ao qual cada uma tem interesses significativos – os russos, afinal, participam na construção das instalações nucleares de Bushehr e têm importantes contratos de fornecimento de armas a Teerão e a China está a começar a investir no Médio Oriente para garantir o fornecimento de energia. Eles têm o apoio do terceiro gigante asiático, a Índia, que, apesar do recente acordo nuclear com os Estados Unidos, tem todo o interesse em preservar a sua liberdade de acção em relação ao Irão.

O resultado é que os Estados Unidos já não têm a garantia de poder levar o Conselho de Segurança das Nações Unidas a aprovar a tão longamente aguardada resolução que poderia ser usada para legitimar um ataque ao Irão. Ainda pior, poderiam alienar duas potências que já não receiam tanto o seu poder, pois perceberam que apesar do seu esmagador poder militar, os Estados Unidos já não dominam em paralelo a cena diplomática. É por estas razões que, surpreendentemente, foi solicitado à troika da União Europeia que fizesse uma nova tentativa, com algum espaço em relação ao que pode oferecer ao Irão. Ainda mais importante foi a oferta americana de iniciar negociações com o Irão, após um silêncio de vinte e sete anos – desde que, obviamente, Teerão suspenda o seu programa nuclear.

Esse requisito irá desaparecer simplesmente porque é insustentável – pelo menos se os Estados Unidos desejam conter a crescente influência asiática sobre Teerão. O Irão tem o direito de produzir energia nuclear para fins civis, de acordo com o Tratado de Não-Proliferação e os Estados Unidos têm boas relações com demasiados países que produziram armas nucleares para ter a possibilidade de tratar o Irão de forma diferente, uma vez que já não podem usar a opção militar. Na verdade, supõe-se que a última proposta feita pela Europa ao Irão (com o acordo dos Estados Unidos) incluía uma continuação simbólica do programa nuclear – seis bancos de 164 centrifugadoras cada um é um número aparentemente aceitável – sendo o combustível fornecido por fontes europeias ou russas.

E o futuro?

A questão aqui é que, a curto prazo, Teerão está muito mais interessada em conversações directas com Washington do que na opção nuclear, seja militar ou civil. Essas negociações são um reconhecimento implícito da sua importância regional, no Iraque e no próprio Golfo. São também um reconhecimento implícito que o isolamento das últimas três décadas foi uma aberração americana, apesar de a revolução islâmica ter determinado uma política de «nem Oriente nem Ocidente». Permite ao Irão começar a ter, nas questões regionais, um papel que lhe estava vedado pela política Americana de contenção dupla. E, é claro, reforça a posição interna e externa do seu Presidente!

No entanto, simultaneamente, a questão nuclear permanece e terá que ser abordada. Para além dos argumentos legítimos de produção de energia – o petróleo e o gás são mais valiosos enquanto bens transaccionáveis do que como inputs na produção interna de energia, o Irão também tem preocupações estratégicas. Vê-se a si mesmo como tendo uma vizinhança perigosa, apesar dos seus novos amigos a Leste e a Norte e dos renovados laços com a Ásia Central, juntamente com a influência que pode ter no Iraque. Mas a Índia e o Paquistão têm armas nucleares; e também Israel as possui!

E, para Teerão, Israel é uma ameaça, demasiado próxima para ser ignorada, mesmo com a retórica provocadora do Presidente – que, de qualquer forma, apenas repetiu o que o Ayatollah Khomeini disse há muitos anos e não foi tão incendiário como foi relatado no Ocidente. O resultado, assim, é que a questão nuclear não desapareceu, foi meramente adiada. O Irão considera legítimas as suas preocupações de segurança, a que a posse de armas nucleares poderia responder, através de uma política de contenção. Será muito difícil convencer as elites governantes em Teerão de que esses receios são infundados. Talvez, como aconteceu com a Coreia do Norte, a Índia e o Paquistão, os Estados Unidos e a Europa, apesar da sua retórica bombástica, tenham que aprender a viver com as realidades locais. A não ser que, é claro, queiram resolver o verdadeiro problema de segurança do Médio Oriente, que não está muito distante de Telavive